

Sobre a (Inexistente) Rede Nacional de Bibliotecas exigida pelo SNICT

EDSON NERY DA FONSECA

Professor universitário (UnB; diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados)

RESUMO

Os sistemas de catalogação cooperativa, de catálogos coletivos e de aquisição centralizada foram as primeiras tentativas feitas no Brasil para o estabelecimento de uma rede nacional de bibliotecas.

Apesar dos clamores de mais de um bibliotecário em favor da colaboração entre bibliotecas, tais tentativas fracassaram, por falta de espírito cooperativo da parte da maioria dos bibliotecários.

A situação atual é verdadeiramente caótica, caracterizando-se pelo isolacionismo das bibliotecas e serviços de documentação governamentais, principalmente os do Poder Legislativo, cujas câmaras reorganizaram seus serviços auxiliares com soberano desprezo pelo ideal da centralização.

Sem a colaboração que integre essas bibliotecas e serviços numa rede nacional, o SNICT* não poderá ser estabelecido, o que impedirá o Brasil de participar efetivamente do programa Unisist.

Se as iniciativas governamentais fracassaram, cabe às associações profissionais de bibliotecários o papel de coordenar esforços visando a formação de uma rede nacional, mediante a colaboração espontânea de diretores e chefes de bibliotecas.

* SNICT = Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.

A importância do SNICT não exclui a de uma rede nacional de bibliotecas públicas e escolares. Prover informação atualizada aos pesquisadores é tarefa tão prioritária quanto a de dar à população oportunidade para educar-se continuamente e a de assegurar às escolas uma adequada infra-estrutura bibliográfica.

0 — INTRODUÇÃO

Não sendo esta a primeira ocasião em que o autor aborda este assunto, vê-se na contingência de referir-se muitas vezes a artigos de sua autoria, o que faz não por vaidade, mas pelo propósito de demonstrar a primeira premissa do presente trabalho: os bibliotecários brasileiros, salvo honrosas exceções, não têm demonstrado sensibilidade para o trabalho em colaboração, que integraria nossas bibliotecas num verdadeiro sistema nacional de aquisição, de processos técnicos e de permuta de informações.

1 — AUSÊNCIA DE COOPERAÇÃO

1.1 — RETROSPECTO DE INICIATIVAS

Cabe à bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy a prece-dência nas iniciativas do estabelecimento de sistemas tanto de catalogação cooperativa como de catálogos coletivos e de aquisição centralizada, em âmbito nacional.

1.1.1 — Catalogação Cooperativa

Como Chefe da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público, a Sra. Lydia de Queiroz Sambaquy organizou, em 1942, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), sob os auspícios tanto daquele Departamento como da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento de Imprensa Nacional.

Entre as dificuldades encontradas pelo SIC, sua própria fundadora citou "a incompreensão das bibliotecas e serviços de documentação" (21, p. 68)*. Superadas as outras dificuldades que ela mencionou — falta de catalogadores e revisores devidamente treinados e atraso na impressão das fichas — podemos verificar, trinta anos depois, que o SIC não foi bem sucedido tanto pelo seu programa por demais ambicioso como por aquela incompreensão. O programa deveria restringir-se aos livros impres-

* Os números indicam os trabalhos referenciados no fim do texto.

sos no Brasil. Por outro lado, faltou-lhe sempre a colaboração das maiores bibliotecas do País, como a Nacional do Rio de Janeiro e a Municipal de São Paulo. Não deixa de ser curioso assinalar, como um sinal dos tempos, que a colaboração foi negada em nome de diferenças normativas, como se os programas de cooperação devessem estar a serviço das normas.

1.1.2 — Catálogos Coletivos

Iniciado na Fundação Getúlio Vargas, em 1947, o Catálogo Coletivo foi, em 1954, transferido para o então recém-criado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (22, p. 6 *et passim*). Criou-se, em 1956, uma Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, organizada pelo IBBB e integrada por representantes de oito centros bibliográficos regionais: Universidades Federais do Rio de Janeiro (então ainda chamada Universidade do Brasil), Pernambuco (antiga Universidade do Recife), Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

É lamentável que a Comissão Nacional do Catálogo Coletivo tenha sido extinta, enquanto outras comissões, muito menos importantes e mais dispendiosas — como a FID/CLA e a IBBB/CDU — foram criadas e continuam a reunir-se, embora destas devamos perguntar e responder, como Ascenso Ferreira no seu poema sobre o gaúcho: “Pra que? Pra nada”.

Não é admissível que se fale na automação dos catálogos coletivos ou na publicação — que representa, realmente, um acontecimento — do **Catálogo coletivo de publicações periódicas de ciências e tecnologia** (17). O que essa publicação revela, em matéria de multiplicação de coleções e, portanto, de malversação de recursos, é verdadeiramente clamoroso. Assim, o Catálogo Coletivo deixa de prestar o principal serviço que dele esperávamos, isto é, a aquisição centralizada ou coordenada. Culpa, diga-se de passagem, menos dele do que da falta de sensibilidade para a importância de um sistema nacional de aquisição centralizada: falta generalizada, malgrado alguns exemplos isolados.

1.1.3 — Aquisição Centralizada

Esse tipo de aquisição começou, como se sabe, nos Estados Unidos e no ano de 1942, quando, por iniciativa da Library of Congress e da Association of Research Libraries, elaborou-se

o Plano Farmington (28), subdividido em vários outros programas nacionais de aquisição, como, por exemplo, o Latin American Cooperative Acquisitions Program (LACAP).

Também houve, no Brasil, uma tentativa de estabelecimento desse tão necessário sistema. Ele procura, como se sabe, fazer com que exista, em pelo menos uma biblioteca do País, pelo menos um exemplar de cada obra relevante publicada em qualquer parte do mundo. Tal ideal só pode ser alcançado através de programas nacionais de aquisição de livros e de assinatura de revistas publicados no estrangeiro.

Desde sua fundação, em 1947, procurou o Catálogo Coletivo interessar as bibliotecas brasileiras no estabelecimento de um sistema de aquisição centralizada, distribuindo 1.500 questionários, "dos quais, apenas 453 foram devolvidos devidamente preenchidos" (14, p. VI e 15, p. 18). Os números são eloqüentes: menos de 50% de questionários devolvidos! Talvez por isso, excluiu-se da segunda edição do guia das **Bibliotecas especializadas brasileiras** o interessante projeto para aquisição planejada que figurou nas edições anteriores (16).

Uma análise desse guia mostra como as bibliotecas brasileiras ainda vivem isoladas, apesar de adesões puramente teóricas ao projeto do IBBD. Até 1969, por exemplo, vê-se que existiam, numa pequena cidade como Brasília, quatro bibliotecas especializadas em Direito e três (incluídas as precedentes) em Administração Pública. Duas dessas bibliotecas estão instaladas no mesmo conjunto de edifícios (o Palácio do Congresso Nacional) e quatro situam-se numa praça que se chama "dos Três Poderes" (16, p. 65-70). Mais adiante veremos como a situação atual é ainda pior.

1.2 — RETROSPECTO DE CLAMORES NO DESERTO

Não faltou às iniciativas da bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy o respaldo por assim dizer catequético ou doutrinário de vozes autorizadas como a do bibliógrafo Rubens Borba de Moraes, que já em 1943 escrevia: "Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, umas suprimindo as deficiências das outras, cooperando. Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária. Pois o que precisamos, no nosso caso, é de uma rede bibliotecária" (18, p. 6).

Discípulo desse grande bibliógrafo brasileiro, procuramos seguir-lhe a lição, unindo nossa humilde voz à sua, em verdadeira campanha de aliciamento dos bibliotecários brasileiros para o trabalho em cooperação. Repetimos o que já escrevemos no início: esta série de citações dos nossos artigos objetiva, exclusivamente, a demonstração de uma premissa.

Em 1957, analisando o opúsculo do Sr. L. Brummel sobre catálogos coletivos, escrevemos em recensão publicada por um jornal do Rio de Janeiro: "Tal como os homens, as bibliotecas se especializam, mas essa especialização exige cooperação. Também elas parecem gritar, diante da especialização inevitável: Interdependência ou Morte! Não há instrumento de coordenação entre bibliotecas mais eficiente do que o catálogo coletivo" (5).

Transferido para Brasília, em 1960, iniciamos no ano seguinte, uma série de artigos contra a dispendiosa e inútil duplicação de bibliotecas no Congresso Nacional. No primeiro artigo, publicado pelo **Diário de Notícias** do Rio de Janeiro, escrevemos: "Neste ponto, o Congresso segue o mal exemplo do Poder Executivo, que mantém na antiga Capital Federal e numa só área urbana — a Esplanada do Castelo — bibliotecas onde vamos encontrar as mesmas obras de referência ou de texto e os mesmos periódicos; que chega ao extremo de manter num só edifício — o do Ministério da Fazenda — duas bibliotecas quase semelhantes: a do mencionado Ministério e a do DASP. Até o ano passado, aliás, (1960), a situação era mais grotesca, porque a biblioteca do Tribunal de Contas da União — que também lá funcionava — ainda não havia sido transferida para Brasília. Tudo isso evidencia o atraso em que ainda vivemos no setor de bibliotecas. Continuamos a planejá-las, a organizá-las e a fazê-las funcionar em bases particularistas" (6).

Propusemos ainda, no mesmo artigo, duas soluções para a escandalosa duplicação que ainda hoje persiste: (a) criação de uma Biblioteca do Congresso e extinção automática das Bibliotecas de Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cujas coleções e serviços seriam incorporadas àquela; ou (b) criação de um Serviço de Bibliotecas do Congresso com o objetivo de centralizar a aquisição, a classificação, a catalogação e outros processos e atividades suscetíveis de centralização; com a segunda solução, as coleções continuariam separadas, mas coordenadas com uma eventual divisão de assuntos ou de gêneros de publicações (6).

Ainda em 1961 e no mesmo jornal do Rio de Janeiro — cujo suplemento **Letras e Artes** fora colocado à nossa disposição pelo saudoso Álvaro Lins — publicamos outro artigo no qual reclamávamos um sistema de bibliotecas populares para Brasília: “E se falo em sistema — escrevemos então — é justamente para deixar claro que, assim como ‘uma andorinha só não faz verão’, uma biblioteca não resolverá o problema de Brasília. Precisamos de um serviço central que coordene as atividades de várias bibliotecas sucursais, fixas e volantes. Fixas e volantes porque é preciso não esquecer as abandonadas cidades satélites e para estas a melhor solução talvez seja a das bibliotecas ambulantes” (7).

Quando, em 1962, o Conselho de Ministros do parlamentarismo com que se iniciou o governo do Sr. João Goulart, constituiu comissão para estudar o planejamento de uma Biblioteca Nacional em Brasília, procuramos demonstrar como era absurda a idéia e ridículos os argumentos com que foi defendida. “O professor Roger Bastide — escrevemos nesse artigo — tem, agora, mais um exemplo para a sua caracterização do Brasil como ‘país de contrastes’. Porque só mesmo num país assim caracterizado seria admissível a criação da segunda Biblioteca Nacional, antes de resolvidos os problemas da primeira; ou a organização de suntuosa biblioteca onde não existe ainda uma infra-estrutura de pequenas e prestimosas bibliotecas. Destas é que Brasília precisa: bibliotecas circulantes, nas chamadas Unidades de Vizinhança, nas cidades satélites, nos hospitais, na estação rodoviária. E não de uma Biblioteca Nacional para enfeitar o centro cívico” (8).

No mesmo ano de 1962, tendo o Conselho de Ministros enviado ao Congresso Nacional os projetos de criação não apenas da Biblioteca Nacional de Brasília, mas também a de um Serviço Nacional de Bibliotecas, voltamos a tratar do assunto, provando que os serviços atribuídos aos órgãos projetados já eram realizados pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e pelo Instituto Nacional do Livro (9).

Trata-se, — diga-se de passagem — de uma versão tipicamente brasileira da famosa Lei de Parkinson. Estabelecida pelo professor inglês C. Northcote Parkinson e divulgada pela primeira vez em 1955 (20), esta Lei explica, sob a forma do mais britânico **sense of humour**, como o número de funcionários cresce, **ad infinitum**, por uma suposta divisão do trabalho que, na realidade, não passa de duplicação. O que Parkinson observou em termos individuais no serviço público inglês, é observável em nos-

so País ao nível institucional, isto é, pela criação de repartições destinadas a desempenhar serviços que outras já executam, ou que deixaram de executar sem que deixassem de existir.

Os projetos de criação da Biblioteca Nacional de Brasília e do Serviço Nacional de Bibliotecas foram arquivados pelo Congresso Nacional porque não tiveram tramitação regimental. Posteriormente, o Serviço Nacional de Bibliotecas foi inconstitucionalmente criado por um decreto e, anos depois — já no período pós-revolucionário — extinguiu-se da mesma forma, isto é, por outro decreto, este, aliás, louvável.

O vedetismo, entretanto — que é o maior inimigo do trabalho em cooperação — continuou inspirando outras tentativas lamentáveis, como a da criação em Brasília de uma biblioteca batizada com este nome espantoso e redundante: Biblioteca Nacional para Assuntos Educacionais e Científicos. Esta chegou a ser criada por um decreto-lei (3) mas, felizmente, nunca foi instalada.

Nomeado Ministro da Educação e Cultura, em fins de 1969, o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho publicou no **Jornal do Brasil** um pitoresco anúncio, no qual solicitava a qualquer pessoa conhecedora de erros em sua nova área de ação que os indicasse em carta pessoal a ele dirigida. No dia seguinte ao da publicação desse anúncio, entregamos no Gabinete do Ministro uma carta na qual sugeríamos, em lugar da construção da decretada Biblioteca Nacional, a implantação do sistema de bibliotecas especialmente projetado para Brasília pelo bibliotecário Hipólito Escolar Sobrino, especialista enviado pela Unesco por solicitação do Governo brasileiro (4).

Sensibilizado por essa sugestão, criou o Ministro Jarbas Passarinho uma comissão destinada a estudar o referido projeto, pelo qual o Governo do Distrito Federal não demonstrou nenhum interesse. Desfeita a primeira comissão, que pouco se reuniu e nada apresentou de positivo, criou-se outra, por iniciativa do Instituto Nacional do Livro e sob a presidência de sua diretora.

Enquanto não se resolve este problema tão simples — criação de um sistema de bibliotecas na capital da República — os três Poderes vão inaugurando novas bibliotecas independentes ou transferindo as antigas do Rio de Janeiro para Brasília, sem nenhum plano diretor. Em janeiro de 1971, decidimos continuar a campanha, perguntando: "Como se permite o despautério de

quatro bibliotecas numa só praça, quando uma delas, eletronicamente equipada, atenderia às necessidades dos três Poderes?" (11).

Os apelos à cooperação não foram ouvidos e os problemas criticados só fizeram multiplicar-se, pois o advento da mecanização e, mais recentemente, da automação, fez com que a falta de coordenação se tornasse ainda mais onerosa, considerando-se o custo dos equipamentos e o salário de seus operadores. O que presentemente se observa é uma desenfreada competição de serviços governamentais independentes : competição que ocorre tanto na área do Poder Executivo como nas do Legislativo e do Judiciário.

Do Congresso Nacional vem o exemplo mais clamoroso, porque suas duas câmaras estão instaladas no mesmo palácio. Entretanto, os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram recentemente reorganizados com soberano desprezo pela centralização. Já manifestamo-nos contra essa escandalosa malversação de recursos públicos (12), comprovada pelas Resoluções n.º 20, de 1971, da Câmara dos Deputados (2) e n.º 58, de 1972, do Senado Federal (24).

Com tantos exemplos de iniciativas frustradas e de clamores no deserto, consideramos demonstrada a premissa de que os bibliotecários brasileiros são, de modo geral, insensíveis ao trabalho em cooperação.

2 — NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

A segunda premissa do presente trabalho é a de que, sem cooperação — uma cooperação menos legalmente coercitiva do que espontânea — não teremos jamais uma rede nacional de informação científica e técnica.

Considerando os limites naturais de um artigo, somos uma vez mais obrigados a indicar outro trabalho de nossa autoria no qual já procuramos demonstrar como é verdadeira esta premissa. Trata-se do artigo sobre "O Catálogo Coletivo como Instrumento de Coordenação entre Bibliotecas", publicado por esta revista (13).

2.1 — COOPERAÇÃO VOLUNTÁRIA

Sabemos que, sem coordenação, não é possível organizar-se um sistema de bibliotecas e sem essa infra-estrutura jamais

existirá em nosso País uma rede nacional de informação científica e técnica. Já em 1965 o bibliotecário Harry C. Campbell o dizia, na conferência de especialistas convocada pela Unesco para o estabelecimento de um programa a longo prazo objetivando a utilização de satélites artificiais na comunicação. Com palavras que se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, assim se exprimiu o Sr. Harry C. Campbell :

“Naqueles países onde os serviços de documentação oficiais e particulares ainda estão separados, será preciso integrar as suas atividades de modo a permitir o uso dos canais de comunicação mundial por uns e outros. A maioria dos planos atuais para o estabelecimento de sistemas de documentação regional ou nacional cobre apenas uma parte dos serviços de bibliotecas de cada país. As bibliotecas universitárias muitas vezes estão separadas das bibliotecas industriais — e uma e outras **estão** isoladas das bibliotecas escolares e públicas. Esta separação, de natureza administrativa, ocasiona duplicação e desperdício que é preciso evitar, num sistema de utilização de satélites. Na verdade, poder-se-ia criar um conjunto completamente novo de bibliotecas especializadas; no entanto será melhor utilizar, se possível, os serviços já existentes” (25, p. 150).

A importância da cooperação voltou a ser ainda mais enfatizada no documento Unisist (26) e na primeira conferência promovida pela Unesco para o estabelecimento de um sistema mundial de informação científica. No discurso de abertura dessa conferência, ressaltou o diretor-geral da Unesco a importância das medidas a serem tomadas pelos governos para “o estabelecimento de redes de bibliotecas e de serviços de documentação e de informação” (27, p. 24).

Considerando a falta de cooperação entre as bibliotecas brasileiras, como resolver o problema da participação do Brasil no projetado sistema mundial de informação científica? Num dos documentos básicos da primeira conferência da Unesco sobre o projeto Unisist, o Dr. Harrison Brown, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, definiu como objetivo principal do programa Unisist a implantação de “uma rede flexível baseada na **cooperação voluntária** de serviços de informação existentes e dos que vierem a ser criados” (1, p. 39, grifo nosso).

Nas palavras grifadas é que talvez se encontre o segredo. Se a inexistência de uma rede bibliotecária no Brasil decorre da falta de espírito cooperativo da parte da maioria dos bibliotecários, não será com decretos nem através de órgãos governa-

mentais que esse espírito se desenvolverá. Em anos passados chegamos a pensar nessa solução, propondo, em artigo de jornal, a criação de um ministério extraordinário para a coordenação dos órgãos de documentação (10). Confessando nosso erro, sugerimos agora que essa tão necessária rede bibliotecária seja promovida através da **cooperação voluntária** dos diretores e chefes de bibliotecas. E que da indispensável coordenação dos planos de aquisição centralizada, catalogação cooperativa e permuta de informações se encarreguem as associações profissionais.

2.2 — PARTICIPAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A ênfase dada recentemente aos problemas de comunicação da informação científica e técnica — principalmente ao emprego de equipamentos eletrônicos — tem feito com que muitos bibliotecários se esqueçam de que as bibliotecas públicas ou populares são tão importantes quanto as especializadas e os serviços de documentação. Proporcionar aos adultos oportunidades para uma educação continuada é tarefa tão útil quanto a de prover informação atualizada aos pesquisadores.

Criar serviços de informação científica e técnica e relegar ao abandono as bibliotecas populares é cometer erro semelhante ao do desenvolvimento que estimulou uma industrialização à **outrance**, com desprezo pela agricultura.

Certo, não são apenas os serviços de documentação e as bibliotecas especializadas que contribuem para a formação desse Sistema. Ainda recentemente, os participantes de um seminário interamericano reunido em Washington, D.C. aconselharam os governos a “dar prioridade à promoção dos órgãos que constituem a infra-estrutura da informação, **desde as bibliotecas escolares e rurais aos mais complexos serviços de informação**” (23, p. 2-3, grifo nosso).

Mas não é admissível, por outro lado, que as bibliotecas não especializadas sejam estudadas apenas em função da contribuição que podem dar a sistemas de informação científica e técnica. O principal compromisso dessas bibliotecas é com a educação permanente do povo, sobretudo em países como o Brasil.

3 — CONCLUSÕES

Das premissas demonstradas no presente trabalho podemos tirar, silogisticamente, as seguintes conclusões :

3.1 — Se as instituições governamentais fracassaram nas tentativas de estabelecimento de sistemas que, devidamente integrados, contribuiriam para a indispensável infra-estrutura da rede nacional de informação científica e técnica, devem as associações profissionais assumir a liderança de iniciativas neste sentido.

3.2 — Uma rede nacional de informação científica e técnica não exclui um sistema também nacional de bibliotecas populares e escolares, sendo ambos igualmente prioritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — BROWN, C. Harrison. Scientific information today — a scientist's view. In: Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica. Paris, 1971. **Final report**. Paris, Unesco, 1971, p. 36-40.
- 2 — CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Resolução n.º 20, de 30 de novembro de 1971. Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 137 p.
- 3 — Decreto-Lei n.º 1.048, de 21-10-1969. Cria a Biblioteca Nacional para Assuntos Educacionais e Científicos. **Coleção das Leis de 1969**, v. 7, p. 786.
- 4 — ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. **Desarrollo de las bibliotecas públicas de el Brasil; creación de la biblioteca pública de Brasília**. Outubro-diciembre de 1968. Paris, Unesco, 1969. 62 p. (N.º de série 1132 BMS-RD/COM/DBA).
- 5 — FONSECA, Edson Nery da. Bibliotecas especializadas e catálogos coletivos: interdependência ou morte. **Tribuna da Imprensa** (Rio de Janeiro) 26/27 out. 1957, supl. **Tribuna dos Livros**, p. 3.
- 6 — — Uma Biblioteca do Congresso em Brasília. **Diário de Notícias** (Rio de Janeiro) 23 jul. 1961, supl. **Letras e Artes**, p. 1.
- 7 — — Brasília precisa de bibliotecas. **Diário de Notícias** (Rio de Janeiro) 10 dez. 1961, supl. **Letras e Artes**, p. 1.
- 8 — — Com o novo Ministro da Educação. **Correio da Manhã** (Rio de Janeiro) 2 jul. 1962, 1. cad., p. 2.
- 9 — — Com o Congresso Nacional. **Correio da Manhã** (Rio de Janeiro) 8 ago. 1962, 1. cad., p. 2.
- 10 — Coordenação dos organismos de documentação. **Correio Braziliense** (Brasília) 6 abr. 1968, Cad. Cultural, p. 2.
- 11 — — Quatro bibliotecas na Praça dos Três Poderes. **Correio Braziliense** (Brasília) 15 jan. 1971, cad. Cultural, p. 4. Ao apelo que lançamos neste

artigo juntou-se com grande honra para nós, a voz da jornalista Yvonne Jean, em sua tribuna diária no mesmo jornal. Vide Jean, Yvonne. Esquina de Brasília. **Correio Braziliense** (Brasília) 20 jan. 1971, cad. 2, p. 2.

- 12 — ——— Dois computadores no Congresso Nacional? **Diário de Pernambuco** (Recife) 2 mar. 1972, 1. cad., p. 4. **Correio Braziliense** (Brasília) 17 mar. 1972, Cad. Cultural, p. 2.
- 13 — ——— O Catálogo Coletivo como instrumento de coordenação entre bibliotecas. **Revista do Serviço Público** (Brasília) 107(1) : 81-95, jan./abr. 1972.
- 14 — INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Bibliotecas especializadas brasileiras; guia para intercâmbio bibliográfico**. Edição preliminar. Rio de Janeiro, 1961. 174 f. mimeografadas.
- 15 — ——— . **Contendo plano para aquisição planejada**. Rio de Janeiro, 1962. 375 p.
- 16 — ——— . 2. ed. Rio de Janeiro, 1969. 605 p.
- 17 — ——— **Catálogo coletivo de publicações periódicas de ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro, 1970-71. 2 v.
- 18 — MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64 p. (Série Itamarati, v. 5).
- 19 — PARKINSON, C. Northcote. Parkinson's law. **The Economist** (London) 177 (5856) : 635-637, Nov. 19, 1955. Expandida em livro do qual existe edição brasileira. **A lei de Parkinson, na sociedade, na política, nos negócios**. Trad. de Silveira Sampaio. São Paulo, Pioneira, 1964. 103 p.
- 20 — SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina. São Paulo, 1951. **Desarrollo de las bibliotecas publicas en América Latina**. Paris, Unesco, 1953 (Materiales de la Unesco para las bibliotecas, 5) p. 63-70.
- 21 — ——— **O I.B.B.D. e os serviços que se propõe a prestar**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1958. 22 p.
- 22 — SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NAS ANTILHAS. Washington, D.C., 1972. **Declaração, conclusões e recomendações**. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, — 973 . 6 p.
- 23 — SENADO FEDERAL. Resolução n.º 58, de 1972. **Dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Senado Federal**. **Diário do Congresso Nacional** (Brasília) Seção II, ano XXVII, n. 128, p. 4.446-4.489, 11 nov. 1972.
- 24 — UNESCO. **Comunicação na era espacial**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1969. 348 p.

- 25 — ——— Unisist : informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, y el Consejo Internacional de Uniones Científicas. Montevideo, Oficina de Ciencias de la Unesco para América Latina, 1971. 176 p. (SC. 70/D.75/S).
- 26 — ——— Unisist : Paris 4-8 October 1971; Intergovernmental Conference for the Establishment of a World Science Information System. Final report. Paris, 1971. 60 p. (SC/MD/25).
- 27 — VOSPER, Robert. International Book procurement; or, Farmington extend. *College and Research libraries* (Menasha, Wis.) 21 : 117-124, Mar. 1960.

ABSTRACT

The systems of cooperative cataloguing, union catalogs, and centralized acquisition were the first attempts in Brazil for the establishment of a national network of libraries.

Despite of the clamour from more than one librarian pro collaborating among libraries, such attempts have failed because of the lack of cooperative mind from the greater number of Brazilian librarians.

The present situation is really chaotic and may be characterized by the isolationism of the governmental libraries and documentation services, specially those of the national Congress, whose Houses have recently reorganized their services, without any regard for the ideal of centralization.

Without the cooperation that integrates these libraries and documentation services in a national network, no system of scientific and technical information could be established; and this will be an obstacle for the effective participation of Brazil in the Unisist programme.

Is governmental attempts failed in the past, the professional associations of librarians must assume the role of coordination of efforts for the organization of a national network, by means of the voluntary cooperation of the library directors.

The importance of a national network of scientific and technical information does not exclude that of a system of public and school libraries. To assure the people opportunities for continued education is a priority task as important as providing up-to-date information for scientists and researchers.

